



O assassinato de Arnaldo Ferreira e o atentado contra Osvaldo Dias

Encarte Especial

Fotos: Carlos Carvalho



O movimento das mulheres no sul do Maranhão



Peão da COSIPAR corta madeira para fabricar o carvão vegetal

As mulheres
quebradeiras do
côco de babaçu

(Pág 3)

Carajás: Devastação
da floresta e
marginalização dos
trabalhadores
extrativistas

(Pág 2)

Os Empates
em Rondônia
e Amapá

(Pág 4)

EDITORIAL

A violência praticada contra os trabalhadores extrativistas por toda a Amazônia, tem como fio condutor e objetivo primordial, a tentativa de quebrar a espinha dorsal de resistência desses trabalhadores através das ameaças, assassinatos e mais fundamentalmente da destruição do patrimônio natural e cultural das populações que habitam a floresta. O assassinato do companheiro Chico Mendes em dezembro de 88, mostrou ao mundo apenas uma pequena parcela da luta diária travada dentro da floresta pelos extrativistas que jamais receberam do governo federal, a atenção e o respeito merecidos pela contribuição centenária de um trabalho preservacionista e iluminado pela comunhão com a natureza.

O espírito capitalista saqueador e violentador que chega na Amazônia derrubando árvores, desviando cursos de rios e vidas e desrespeitando os ciclos naturais de homens, mulheres, crianças e florestas, derruba lideranças sindicais com a mesma facilidade com que as moto serras atravessam troncos centenários de árvores que nutriram o homem e a mulher extrativista com seu líquido precioso ou sua fruta tropical. Mas o que o capital não percebe é que o sangue derramado dessas lideranças, se mistura ao leite da resistência das seringueiras persistentes para gerar novas árvores, novos frutos, novos homens, mulheres e novas lideranças. Tal com a floresta, o movimento de resistência dos trabalhadores extrativistas da Amazônia se regenera logo após a cada queda para continuar a espantar o mundo com a sua riqueza natural e a sua alegria espontânea. Chico Mendes assassinado em 1988. A luta continua! Arnaldo Ferreira assassinado em 1993. A luta continua!

Projeto Carajás desenvolvimento ou destruição?



Foto: Carlos Carvalho

Trabalhador rural dentro da raiz de uma castanheira - Castanhal do Ubá (PA)

Ao ser criado em 1980 pelo decreto-lei 1.813, o Projeto Grande Carajás para a produção de ferro gusa e ferro liga, anunciava a disposição do governo federal de criar condições para o desenvolvimento social e econômico "planejado, integrado e acelerado" de uma determinada área selecionada na Amazônia. A dimensão do Projeto cobre uma área de 840 mil quilômetros quadrados que começa entre os rios Xingú, no Pará e o Parnaíba, que atinge o Maranhão e o Piauí. A região termina no rio Amazonas, envolvendo 37% do Pará, 9% do Tocantins e 95% do Maranhão. Essa promessa de desenvolvimento atraiu para a região, trabalhadores de todos os cantos do país, que se concentraram mais particularmente no sudeste do Pará. Havia a expectativa de grandes ofertas de trabalho nas áreas de mineração, metalurgia, construção civil, ferroviária e até na produção agrícola. Somente na área de metalurgia prometeu-se gerar mais de vinte mil empregos. Mas o que menos houve na verdade, foi um desenvolvimento planejado. Aconteceu a aceleração de um processo de devastação de florestas, marginalização da população local e uma total desobediência às leis trabalhistas.

O Projeto se baseia fundamentalmente

na chamada Província Mineral de Carajás, uma serra que se encontra localizada no sudeste do Pará, que abrange uma área de 412 mil ha., e que é riquíssima em ferro, ouro, cobre, cromita e bauxita entre tantos outros valiosos minérios. Para que fosse possível o escoamento desta riqueza natural pelo Porto de São Luis no Maranhão, a Companhia Vale do Rio Doce, responsável pelo projeto, construiu a Linha Férrea Carajás, ligando a Província Mineral até o Porto de São Luis, permitindo assim a exportação de grande parte de nosso minério para cumprir um acordo assinado com o governo japonês, um dos sócios financiadores do Projeto Grande Carajás. Somente na construção desta ferrovia foram gastos na época, 2 bilhões de dólares, cuja maior parte é capital estrangeiro.

AS USINAS DE MINERAÇÃO

Como parte integrante do Projeto, o governo incentivou capitalistas e empresários do sul do país a investirem ao longo da ferrovia da Carajás, na implantação das chamadas usinas de ferro-gusa, que transformam o minério de ferro em ligas especiais para a fabricação de aço, cuja produção já estaria toda comprometida em exportações já garantidas para o Japão. Para a confecção destas ligas, as usinas também se

utilizam de madeira retirada da floresta que imediatamente é transformada em carvão vegetal, elemento fundamental para a firmeza e qualidade da liga. Como consequência, permitiu-se uma enorme devastação de floresta nativa com madeira de lei e a criação marginal de trabalhadores carvoeiros entregues à própria sorte no interior da floresta. Através de incentivos fiscais e isenção de impostos foi colocada a disposição destes empresários não só a riqueza natural e mineral da região como também o enorme potencial de geração de energia através da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. O trabalhador rural da região e os demais que vinham de outras partes do país, só entraram na verdade com mão de obra barata, desrespeitada, e marginalizada.

Os problemas são alarmantes, especialmente no que se refere a conflitos de terra com inúmeros assassinatos, saúde em completo abandono, educação pública sem o mínimo de assistência, falta de infraestrutura urbana, de transporte e a destruição da floresta pela indústria madeireira e os projetos pecuários.

Em função do agravamento da situação social, os sindicatos, associações, cooperativas, entidades de assessoria e a CUT-Sudeste do Pará, têm lutado para combater os problemas causados pelo Projeto Carajás. Essas entidades vêm discutindo um plano de ação para um trabalho comum e sistematizado, juntando também os esforços de entidades nacionais e internacionais.

Desde o ano passado, as entidades do Pará e Maranhão organizados no GTA-Carajás e GTA-Babaçu reúnem-se em encontros, assembléias e pesquisas com o objetivo de conscientizar um público nacional e internacional sobre os problemas causados pelo Projeto e buscar possíveis soluções. Entendemos que não é possível admitir que, em nome do desenvolvimento, a riqueza natural da Amazônia seja saqueada por projetos que empobrecem e marginalizam a população local. Por isso queremos chamar à sensibilidade de todos para que entrem nessa luta por nossos direitos e por um modelo de desenvolvimento que seja apropriado para a Amazônia.

BOLETIM DO CNS

É uma publicação de responsabilidade do Conselho Nacional dos Seringueiros

Presidente: Atanagildo de Deus Matos (PA)
Vice-Presidente: Júlio Barbosa de Aquino (AC)
2º Vice-Presidente: Anátalia Antonieta dos Santos (AC)
Secretário: Pedro Ramos de Souza (AP)
2º Secretário: Francisco das Chagas Batista (AC)
Tesoureiro: José Wilson Nunes (RO)
2º Tesoureiro: José Juarez Leitão (AC)

SUPLENTE DA DIRETORIA:
Osmarino Amâncio Rodrigues (AC)
Francisco Barbosa de Melo (AC)

CONSELHO FISCAL - EFETIVOS
Celso Custódio da Silva (AC)
Anselmo Amâncio de Lima (AC)
Raimundo Rodrigues de Sá (AC)

CONSELHO FISCAL-SUPLENTE
Osmar da Costa Vale (AM)
Gracias Pinto de Lima (AM)
Maria Senhora de Carvalho da Silva (TO)

CONSELHO DELIBERATIVO

Joaquim Lopes dos Reis (PA)
Cícero Pereira de Moraes (RO)
Luiz Vasconcelos da Silva (AC)
Manoel Rodrigues de Souza (MA)
José Sidenir das Chagas (AC)
Francisco Vasconcelos de Freitas (AM)
Calixto Pinto de Souza (AP)
Benedito das Chagas Barros (PA)
Francisco Evangelista de Passos (PA)
João Gerson de Moraes Cardoso (AP)
Francisco Ferreira de Carvalho (PA)
João da Costa Nunes (PA)
Socorro Dutra dos Santos (MT)
José Maria dos Santos (RO)
João Mautezo (MT)

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Carlos Carvalho
Reg. Prof. 16.320/74/92/RJ

ASSINATURA

Valor semestral (válido para o mês de maio)

Pessoa física: Cr\$ 300.000,00

Pessoa jurídica: Cr\$ 400.000,00

Os reajustes serão pelo índice da TR

Este boletim é distribuído gratuitamente para os STRs, cooperativas e associações que participam do movimento de trabalhadores extrativistas da Amazônia e às entidades que são nossos parceiros e colaboradores diretos.

Nome:

End:

Cep:

Tel:

Esta ficha deve ser preenchida e encaminhada ao CNS junto com o comprovante de depósito na conta nº 102 405-1 do Banco do Brasil-Ag. 0071-X - Rio Branco-AC
Endereço do CNS: Rua Alexandre Farhat 206 - Bairro José Augusto
Rio Branco/Acre - Cep 69900-401

Arnaldo Delcídio Ferreira

Foto: J. R. Ripper/Imagens da Terra



Assassinado pelo latifúndio
em 02 de maio de 1993

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS

MEMÓRIA DO ARNALDO

Arnaldo Delcídio Ferreira, mineiro, 56 anos, viúvo, pai de 9 filhos. Chegou na região amazônica e mais especificamente no estado do Pará, em 1980.

Abraçou imediatamente a batalha sindical e em 1984 se tornou delegado sindical de Eldorado, quando este município ainda pertencia a Marabá.

Como um guerreiro, sempre lutou em defesa da vida, da igualdade social, da Reforma Agrária, contra o latifúndio, contra a destruição da floresta e em especial contra a destruição dos castanhais. Para ele a Amazônia era um palco de grandes lutas.

Foi diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá no período de 1985-1988.

Participou e articulou diversos encontros de trabalhadores rurais e pequenos agricultores no município e de fóruns de discussão estadual, lutando por um sindicalismo autêntico na região.

Foi preso na ocasião em que defendia um companheiro trabalhador que estava sendo espancado pela polícia.

Na tentativa de contribuir com um desenvolvimento voltado para a justiça e a igualdade social, participou da administração de Eldorado por duas vezes, quando este ainda era município de Marabá. Fazia parte da coordenação do Conselho Nacional dos Seringueiros na região Sudeste do Pará, e foi membro do conselho deliberativo do CNS de 1989 a 1992.

Fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eldorado e eleito seu presidente.

Defensor convicto do meio ambiente, esteve em Brasília durante a realização do Empate Amazônico Contra a Fome e a Devastação da Floresta, sendo tocado ainda na rodoviária antes de embarcar para Brasília. Seus perseguidores não conseguiram pegá-lo por ele ter saído antes da hora prevista.

Vítima de diversos atentados, no dia 14 de abril de 1985 foi atingido no ombro por uma bala que varou o seu corpo e feriu mortalmente a Irmã Adelaide Molinaro.

Em 1990 sofreu um atentado dentro de sua própria casa.

Em 24 de dezembro de 1991 foi tocado e agredido fisicamente.

Teve a sua roça invadida por um representante do INCRA acompanhado pela Polícia Federal a mando de um fazendeiro, que lhe fez algumas ofensas morais, tomou-lhe alguns equipamentos e ameaçou espancá-lo ao lado de sua esposa já doente.

Em 1991 funda o Partido dos Trabalhadores no município de Eldorado. No dia 21 de outubro de 1992, perde a sua companheira de luta e fica viúvo de um casamento de 32 anos.

Membro do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)

Ultimamente, Arnaldo vinha sendo ameaçado de morte, mas os nomes dos possíveis mandantes de seu assassinato ainda são desconhecidos e existem apenas suspeitos. O crime foi testemunhado por uma pessoa que viu o assassino sair após atirar no líder sindical, e andar calmamente pela cidade. Até agora ninguém foi preso.

Foi aberto processo criminal que está sendo presidido por um delegado do DOPS. Também foi pedido proteção para a família de Arnaldo. O clima é tenso e a violência permanece uma constante ameaça para as lideranças envolvidas no movimento.

O município de Eldorado de Carajás, é palco de disputas de terras e pelo menos 6 fazendas da região são consideradas áreas de conflito. Segundo registros da delegacia, 11 pessoas foram assassinadas em menos de um mês.

O enterro do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi na terça-feira, 4 de maio, às duas horas da tarde. Estavam presentes mais de 2 mil pessoas que vieram prestar solidariedade aos familiares e companheiros de Arnaldo.

PARÁ E MARANHÃO VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE

Em menos de uma semana, dois atentados vitimaram dois trabalhadores rurais que estavam abraçados à causa extrativista e à preservação das florestas da Amazônia. Além do companheiro Arnaldo, assassinado covardemente na madrugada do dia 2 de maio em seu próprio quarto, enquanto dormia, o companheiro Osvaldo Ferreira Dias, delegado sindical e presidente da Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Imperatriz (COOPAI), também foi vítima de uma tocaia que lhe acertou um tiro de espingarda pelas costas, na madrugada do domingo, dia das mães, 9 de maio, quando chegada em sua casa no povoado de Cidelândia, acompanhado de sua família. Osvaldo vinha participando ativamente da luta pela implementação da Reserva Extrativista de Mata Grande e Ciriaco, no sul do Maranhão, assim como da luta pela reforma agrária e a manutenção dos babaquais nativos daquela região.

O sudeste do Pará, oeste do Maranhão e norte do Tocantins, formam hoje uma região onde os trabalhadores rurais além de lutarem por uma efetiva reforma agrária, lutam incansavelmente pela preservação do enorme potencial extrativista que é representado pelo babaçu, castanha, cupuaçu e outros recursos naturais. Em consequência, essa luta enfrenta a violência por parte da indústria madeireira e dos latifundiários da região, que transformou o sudeste do Pará em palco de ameaças e assassinatos. As lideranças ameaçadas de morte, formam na verdade, uma lista estratégica de eliminação que relaciona os municípios de Eldorado, Parauapebas, Marabá, Água Azul, Xinguara e Rio Maria, onde a organização dos trabalhadores e a luta de resistência pela posse da terra e a preservação dos recursos naturais se apresenta mais forte.

O Conselho Nacional dos Seringueiros entende que essa violência, que nesse momento está localizada naquela região, é a mesma e motivada pelos mesmos interesses que assassinaram Chico Mendes e diversos outros companheiros que sempre tiveram como compromisso, a organização dos trabalhadores rurais e extrativistas e a luta pela preservação dos recursos naturais. Dessa forma, expressamos a nossa solidariedade aos companheiros do Pará e Maranhão e conclamamos a todos os trabalhadores rurais e extrativistas da região amazônica a lutarem contra essa violência.

As mulheres defensoras da floresta do babaçu

A luta pela terra e a defesa da floresta do babaçu no Maranhão, tem uma longa história de muita resistência dos trabalhadores rurais e em particular das mulheres quebradeiras de côco de babaçu. Organizados em torno da questão do babaçu, os sindicatos, cooperativas, associações de mulheres, clubes de mães e entidades de assessoria, vem desenvolvendo um trabalho comunitário para fortalecer as atividades de extrativismo e a produção agrícola.

No médio Mearim iniciaram um projeto extensivo de processamento comunitário do babaçu que abrange a extração e venda da amêndoa do côco do babaçu, processamento de óleo, produção de carvão vegetal feito com a casca do côco e produção de sabão.

São quatro pequenas cooperativas que fazem parte deste trabalho, realizando reuniões para divulgar as tecnologias utilizadas nos processamentos e discutindo a questão de mercado e comercialização dos produtos. Nestas atividades, as mulheres quebradeiras de côco se destacam pela participação no movimento sindical, nas cooperativas e na organização de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

Além da luta diária na defesa da terra e na expansão da produção e processamento descentralizado, os(as) trabalhadores(as) realizam encontros a nível regional e interestadual para discutir os mecanismos da continuidade da organização do movimento.

Nos dias 12, 13 e 14 de abril deste ano, os companheiros realizaram um encontro em

São Luiz Gonzaga com a participação de organizações de 14 municípios e representantes do CNS, ASSEMA, FETAEMA e ASUMEM. Nesta oportunidade, discutiu-se:

1. A proposta de reserva extrativista e os mecanismos utilizados na sua criação.

2. O abatimento nos impostos dos produtos agro-extrativistas que reflitam os custos ambientais.

3. A agilização do Programa Piloto e manutenção do GTA.

4. Consequências do Projeto Carajás na região.

Dentre as propostas tiradas, foi sugerido que o CNS organize um encontro com a participação de todas as cooperativas e organizações agro-extrativistas para desenvolver uma proposta unificada a ser apresentada ao Ministério da Fazenda exigindo tributações especiais, para estes produtos beneficiados pelos próprios trabalhadores rurais, onde estejam incluídos os custos ambientais e ecológicos.

As mulheres quebradeiras de côco pretendem realizar o II Encontro Interestadual de Quebradeiras de Côco de Babaçu, no mês de setembro, onde pretendem reunir cerca de 300 mulheres quebradeiras extrativistas como cupuaçu, seringa e etc..

A intenção das companheiras do Maranhão é a de fazer uma troca de experiência entre todas as organizações que trabalham com produção comercialização e beneficiamento dos produtos da região amazônica.



As águas do Lago de Tucuruí invadiram os lotes dos trabalhadores rurais

Foto: Carlos Carvalho

Tucuruí: Uma década de luta

A barragem da Usina Hidroelétrica de Tucuruí foi fechada em 1984, como parte complementar do Projeto Grande Carajás, causando desde o início, uma série de problemas e consequências ambientais insuportáveis para os habitantes de quatro municípios que foram cobertos pelas águas do lago artificial de Tucuruí formado pelo rio Tocantins. Os erros de cálculo contidos no projeto de execução da obra de Tucuruí, acabaram por fazer com que as águas do lago atingissem um nível muito maior do que o planejado, invadindo lotes de pequenos produtores e as casas de trabalhadores rurais que tiveram que ser deslocados para a outra margem do Tocantins. Os companheiros têm lutado para conseguir condições básicas para a sobrevivência mas nenhum dos compromissos da Empresa Eletronorte nem do Governo Federal foram cumpridos, e hoje os desapropriados tiveram seus lotes reduzidos dramaticamente e aproximadamente 1500 famílias ainda não receberam lotes e nem foram indenizadas por suas benfeitorias perdidas nas águas.

Outro fato que vem contribuindo para o drama dos trabalhadores rurais é a praga de mosquitos (murissoca, cabo verde e mutuca entre outros) que assola a região de Tucuruí, impedindo qualquer prática agrícola e moradia nos locais previstos pela Eletronorte. Esses mosquitos são consequência da fermentação das árvores que ficaram no fundo do lago, num desastre ecológico já bastante denunciado por diversas entidades ambientalistas. São diversos os casos de pequenos produtores que tiveram suas plantações perdidas em função da impossibilidade total da colheita já que a quantidade de mosquitos não permite que ninguém fique para o trabalho. Desde o dia 25 de julho de 1991, centenas de famílias das áreas atingidas pela praga de mosquitos deslocaram-se para a cidade de Tucuruí onde fizeram um acampamento na beira da estrada da vila da Eletronorte, reivindicando soluções para os problemas gerados pelos mosquitos. Após uma série de reuniões em Belém, Brasília e

Tucuruí, os problemas continuam e os sindicatos persistem na luta em defesa dos trabalhos.

Mais uma reunião foi realizada no dia 13 de abril e teve a participação do ministro das Minas e Energia, Paulino Cicero, juntamente com o presidente do INCRA Oswaldo Russo e alguns deputados, vereadores e prefeitos do estado do Pará, para discutir a situação crítica dos trabalhadores. O Sindicato de Trabalhadores Rurais apresentou, via seu presidente João Nunes, quatro pontos a serem discutidos:

1. A indenização e relocação das 1500 famílias de Tucuruí, Itupiranga e Jacundá para a área de assentamento em Rio Gelado.

2. A renegociação dos acordos firmados entre a Eletronorte e os atingidos pela barragem entre 1985 e 1991 e que ainda não foram cumpridos.

3. A distribuição das casas, agora abandonadas, da vila temporária nº 2 para entidades de assistência social.

4. A questão dos serviços hospitalares, em particular o hospital de Tucuruí que foi praticamente abandonado e teve seus equipamentos tirados após a construção da usina.

Infelizmente, os interesses dos trabalhadores ficaram mais uma vez sem atendimento e a reunião foi dominada pela empresa Eletronorte e os políticos locais. No entanto foram decididos três pontos positivos:

1. O INCRA se comprometeu a demarcar 700 lotes na área de assentamento do Rio Gelado, trabalho este que deverá começar no final deste mês.

2. Foi formada uma comissão para sugerir um plano de ação para resolver os problemas do hospital abandonado de Tucuruí.

3. As casas da vila temporária da Eletronorte serão distribuídas para levar projetos de assentamento na região.

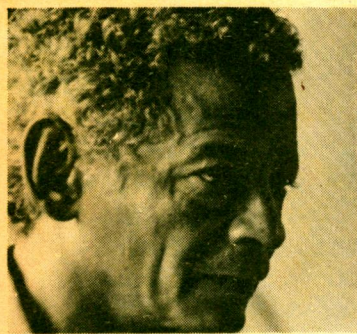
Mesmo com as manobras políticas da empresa e autoridades locais, os sindicatos de trabalhadores persistem firmes na luta em busca dos direitos dos seus associados.



Foto: Carlos Carvalho

Mulher quebradeira de côco: símbolo da resistência no Maranhão

Juiz beneficia Empresa Jarí contra a Reserva Extrativista do Rio Cajari



A Reserva Extrativista do Rio Cajari, no estado do Amapá, foi criada no dia 12 de março de 1990 através do decreto nº 99.115, assinado pelo então presidente José Sarney, que vinculou a implementação da reserva à estrutura do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA). Dois anos depois, ao iniciar a consolidação da reserva, o IBAMA deu

entrada na justiça com ação desapropriatória das terras da Empresa Jari Agroflorestal. No entanto a luta para a efetivação da reserva do Rio Cajari vem se desenvolvendo na prática, através dos empates que são realizados pelos seringueiros na tentativa de impedir o desmatamento causado pelas indústrias madeireiras, e letigimar o decreto que vem sofrendo na justiça, processos que visam a anulação da criação da reserva.

Recentemente os seringueiros da Cajari foram surpreendidos pelo juiz federal substituto de Macapá, Dr. Marcus Vinícius Reis Bastos, que acatou ação de defesa da Empresa Jari que pede a extinção da ação de desapropriação de suas terras sob o argumento de que o IBAMA não teria cumprido os prazos legais do decreto que cria a Reserva do Rio Cajari. Essa alegação não é verdadeira, pois o IBAMA cumpriu o que está estabelecido na legislação.

Essa decisão vem gerando então graves consequências na região. De acordo com o coordenador da Regional do CNS do Amapá, Pedro Ramos (foto), diversos madeireiros que são testa-de-ferro da Empresa Jari estão organizando invasões nas áreas da reserva, inclusive com a conivência da Prefeitura de Laranjal do Jarí, para a retirada da madeira, criando conflitos com os extrativistas que se defendem

através dos empates. Muitos seringueiros já estão ameaçados de morte, entre eles, o presidente da Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Vale do rio Cajari (ASTEXCA), Calixto Pinto de Souza.

A Empresa Jarí vem tentando obter uma autorização para o desmatamento da floresta e com esta decisão do juiz, embora absurda, está mais próxima de conseguir a licença. Esta sentença também abre um sério precedente que poderá num futuro próximo colocar em risco, todas as unidades de conservação de uso diretos tais como as Reservas Extrativistas Chico Mendes e Vale do Juruá no Acre, e a Ouro Preto em Rondônia, ao mesmo tempo em que põe em cheque o dis-

curso do governo federal em prol do desenvolvimento sustentado bem como as assinaturas dos documentos da Rio-92.

O Programa Piloto para a conservação das Florestas Tropicais Brasileiras tem as reservas extrativistas como uma das experiências do modelo de desenvolvimento sustentado e financiará inclusive, vários projetos econômicos, sociais e ambientais visando a consolidação dessas unidades de conservação.

Por uma estranha ironia, a sentença do Dr. Marcus Vinícius, dá ganho de causa para aqueles que sempre devastaram a floresta, e destrói ao mesmo tempo a vida daqueles que sempre lutaram para preservá-la.

Governo estadual pode subsidiar a castanha

Em audiência com o governador Romildo Magalhães, ocorrida no dia 14 de abril passado, representantes da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX) e do Conselho Nacional dos Seringueiros, discutiram a possibilidade do governo estadual apresentar para a Assembleia Legislativa, projeto de lei que isenta o ICMS da castanha, dentro de uma política de prioridade do governo para viabilizar o beneficiamento através de créditos e subsídios.

O encontro foi uma consequência dos resultados de um estudo da viabilidade econômica da castanha realizado pelo Departamento de Economia da UFAC, que havia sido solicitado pela CAEX e CNS e que contou com o apoio do Instituto do Meio Ambiente do Acre (IMAC). Na oportunidade, o governador comprometeu-se a participar do seminário "Programa Pró-Castanha: Políticas Públicas para a Castanha do Brasil e Desenvolvimento/Conservação do Meio Ambiente", patrocinado pelo IMAC e que vai acontecer nos dias 26 e 27 de maio, para divulgar as propostas do governo estadual para o envolvimento direto das instituições do estado no apoio às reservas extrativistas.

O seminário, que será aberto

pelo governador Romildo Magalhães, contará com a participação do Departamento de Economia da UFAC, que fará uma exposição sobre a importância da castanha na economia do Acre; da ONG Cultural Survival que participa do mercado internacional de consumo de castanha, do pesquisador da UNICAMP, Paulo Roberto Silva de Souza; técnicos da CAEX, Dr. Sérgio Vergueiro, falando dos resultados de experiências de cultivo; das entidades que dão apoio ao Programa Pró-Castanha tais como Fundação Ford, World Wildlife Fund (WWF), Interamerican Fund (IAF) e Cultural Survival Enterprise (CSE); do Conselho Nacional dos Seringueiros e de representantes do Projeto RECA. Na área governamental estarão presentes, a FUNTAC, IMAC, SECTIMA, EMBRAPA e DENACCOP que falarão das políticas públicas para produtos florestais.

Esta será uma oportunidade para que os setores organizados, envolvidos no processo de preservação do meio ambiente e viabilização econômica dos produtos extrativistas, consigam comprometer a participação do estado na efetivação das reservas extrativistas e na elaboração de um projeto econômico de longo prazo de apoio a esse segmento.

Seringueiros de Rondônia fazem Empate na Reserva do Rio Cautário

Seringueiros e ribeirinhos do Rio Cautário, com o apoio da Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé-Aguape, da Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR), do Conselho Nacional dos Seringueiros e da entidade ambientalista Ecoporé, realizaram no último dia 9 de abril, um empate contra os grileiros que invadiram os castanhais da reserva extrativista do Rio Cautário, no município de Costa Marques. Durante o Empate um dos invasores disse que tudo era organizado por madeireiros e grileiros de Costa Marques que estão financiando as despesas de transporte e alimentação e citaram os nomes dos empresários Antônio Pereira e Nilton Dentista. A OSR acredita que outros empresários estejam envolvidos.

Os invasores estão entrando na área pelo Km 52 da BR-429, utilizando-se de estradas que o grileiro Adão Leite e o madeireiro Marinaldo, construíram no ano passado para promover desmatamento.

Sabe-se também do apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Costa Marques, que hoje é dominado por grileiros, e que indiretamente tem o respaldo do Sr. Francisco Alves da Silva do INCRA de Costa Marques.

A área do castanhal que está sendo invadida, figura em parte na F.E.R.S. do rio São Domingos (criada pelo decr. 4566 de 23/03/93) e F.E.E. do Rio Cautário.

Os seringueiros e ribeirinhos também resolveram tirar um abaixo-assinado onde se comprometem a não realizar pesca comercial na

região e solicitam a intervenção dos órgãos públicos para impedir que o sr. José Geraldo, ex-prefeito de Ji-Paraná continue a promover as pescarias comerciais e a instalação de fazenda na colocação Ilha e que ameaça a sobrevivência dos extrativistas.

Na oportunidade, os seringueiros também estão reivindicando a paralisação do serviço de roçagem da floresta na área extrativista do Rio São Francisco, próximo a foz com o Rio São Miguel. Os fazendeiros Fernando Leme e o senador Ronan Tito, empreitaram 242 ha., para os srs. Bráulio Freitas e Ernandes Pinheiro, de Porto Murtinho, para as derrubadas, e os serviços já começaram.

É urgente a necessidade de tomada de decisão e ação dos órgãos públicos responsáveis.